



## **Jovens escolares e suas práticas espaciais em cidades pequenas: potencialidades para ensinar e aprender geografia**

**Jóvenes escolares y sus prácticas espaciales en  
ciudades pequeñas: potenciales para la enseñanza y  
el aprendizaje de la geografía**

**School youth and their spatial practices in small cities:  
potentiality for teaching and learning geography**

**AFONSO VIEIRA FERREIRA**

Secretaria Estadual de Educação, Palmas, TO, Brasil  
afonsoppgeo@gmail.com

**LANA DE SOUZA CAVALCANTI**

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil  
lscavalcanti17@gmail.com

---

### **Resumo**

Compreender o mundo de relações que jovens escolares estabelecem com seus pares e com espaços cotidianos de realização de suas mais diversas práticas espaciais urbanas é tarefa complexa envolve múltiplos aspectos. Este processo tem sua complexidade intensificada ao se tomar como recorte a relação entre espacialidades juvenis em cidades pequenas no Brasil e o ensino de Geografia. Nessa perspectiva, este trabalho objetiva apresentar aspectos teórico-conceituais e empíricos acerca da relação entre ensino de Geografia e as práticas espaciais de jovens escolares em cidades pequenas. A metodologia adotada para a produção de dados empíricos pauta-se pela pesquisa qualitativa, tendo como instrumento básico questionários aplicados a estudantes da primeira série do ensino médio de escolas públicas de cidades pequenas no estado do Tocantins. Os resultados indicam que as práticas espaciais urbanas, nesse contexto, se dão de modo limitado, demandando esforços específicos para efetivar potencialidades do ensino de Geografia para a formação cidadã.

**Palavras-chave:** Ensino de Geografia; Jovens escolares; Práticas espaciais urbanas; Cidades pequenas brasileiras.

### **Resumen**

Comprender el mundo de relaciones que los jóvenes escolares establecen con sus iguales y con los espacios

cotidianos donde desarrollan sus más diversas prácticas espaciales urbanas es una tarea compleja que implica múltiples aspectos. La complejidad de este proceso se intensifica al examinar la relación entre las espacialidades juveniles en las pequeñas ciudades de Brasil y la enseñanza de la geografía. Desde esta perspectiva, este trabajo pretende presentar aspectos teóricos, conceptuales y empíricos de la relación entre la enseñanza de la geografía y las prácticas espaciales de los jóvenes escolares de pequeñas ciudades. La metodología adoptada para producir datos empíricos se basa en la investigación cualitativa, mediante cuestionarios aplicados a alumnos de primer año de enseñanza media de escuelas públicas de pequeñas ciudades del estado de Tocantins. Los resultados indican que las prácticas espaciales urbanas en este contexto son limitadas, lo que requiere esfuerzos específicos para aprovechar el potencial de la enseñanza de la geografía para la educación ciudadana.

**Palabras-clave:** Enseñanza de Geografía; Jóvenes escolares; Prácticas espaciales urbanas; Pequeñas ciudades brasileñas.

#### **Abstract**

Understanding the world of relationships that young schoolchildren establish with their peers and with everyday spaces of realization of their most diverse urban spatial practices is a complex task that involves multiple aspects. This process has its complexity intensified by taking as a cut the relationship between juvenile spatialities in small cities in Brazil and the teaching of Geography. In this perspective, this work aims to present theoretical-conceptual and empirical aspects about the relationship between geography teaching and the spatial practices of young schoolchildren in small cities. The methodology adopted for the production of empirical data is guided by qualitative research, having as a basic tool questionnaires applied to students of the first grade of secondary school of public schools of small towns in the state of Tocantins. The results indicate that urban spatial practices, in this context, are given in a limited way, demanding specific efforts to realize the potential of geography teaching for citizen training.

**Keywords:** Teaching Geography; School youth; Urban spatial practices; Small brazilian cities.

---

### **Ensinar a cidade para jovens escolares no contexto de cidades pequenas: um desafio para o ensino de Geografia**

Nas três últimas décadas, a pesquisa sobre o ensino de Geografia na escola básica no Brasil tem avançado significativamente, sendo realizada tanto em programas de pós-graduação, com estudos de mestrado e doutorado, como por equipes de pesquisadores na área. A problemática desse ensino é complexa, envolve diversas variáveis e diferentes contextos e contempla vários aspectos carentes de compreensão e equacionamento, o que justifica a consolidação dessa linha de pesquisa. Uma dessas variáveis está relacionada às finalidades de se ensinar Geografia nos diferentes contextos das escolas públicas brasileiras. O objetivo das pesquisas em grande parte está ligado ao problema referente ao alcance de sentidos e significados desse ensino para os sujeitos da escola, professores e alunos, resultando em aprendizagens e desenvolvimentos dos alunos referentes ao pensamento geográfico. Afinal, a presença dessa disciplina na escolarização básica deve ter aí seu fundamento.

A partir dessa primeira abordagem, a pergunta inicial desse artigo, que deu origem a uma das pesquisas<sup>1</sup> nessa linha, é: quais os sentidos e significados dos conteúdos ensinados nas escolas para os alunos? Parte-se do pressuposto de que ensinar Geografia na escola básica tem o papel de contribuir para a formação cidadã, para que os alunos, munidos da contribuição dessa disciplina para o desenvolvimento de seu pensamento, compreendam a produção social dos espaços e consigam atuar ativamente nele com base nessa compreensão. A partir desse pressuposto, pode-se seguir questionando: como encaminhar as aulas de Geografia para que os alunos consigam atribuir sentidos ao que estão aprendendo, articulando seus conteúdos com sua vida cotidiana? Como fazer essa articulação incorporando no trabalho os conhecimentos cotidianos dos alunos, problematizando-os e encaminhando elementos da ciência geográfica que ajudem a avançar nesses conhecimentos?

Um dos encaminhamentos já indicados em outras investigações nessa linha de reflexão, para alcançar esse objetivo de trabalhar com uma Geografia significativa, é o de buscar conhecer os sujeitos para quem está voltado esse trabalho. Na escola básica estão basicamente crianças, adolescentes e jovens em processo de formação, dependendo do nível de escolarização em que se encontram. Entre esses sujeitos, portanto, estão os jovens, sobretudo aqueles que estão cursando o ensino médio nas diversas escolas do território brasileiro. Nesse sentido, cabe questionar: quem são esses jovens que frequentam a escola básica? Com o que se preocupam? Quais são suas demandas e suas fragilidades? Como é sua rotina diária, considerando a espacialidade inerente ao seu contexto imediato?

No que diz respeito à escola, é pertinente questionar: como estabelecem relações entre o que fazem na escola e sua vida cotidiana? Particularmente, que tipo de relações os jovens que frequentam escolas urbanas fazem entre os estudos da Geografia e suas práticas urbanas cotidianas? Mais ainda, como percebem essas relações em diferentes contextos urbanos? Especificamente, quem são esses jovens e quais são suas percepções em contexto das diferentes cidades, grandes, médias e pequenas, do território brasileiro?

Para conhecer os jovens escolares que frequentam aulas de ensino médio, por exemplo, é importante ter em conta que eles são diferentes e diversos, suas expectativas, seus desejos, suas atitudes, o contexto de vida são diferentes. Portanto, não se avança na compreensão desse sujeito com preconceitos, com padronizações como os que de modo frequente ocorrem nas escolas. Diferentemente, é importante que os professores formem conceitos abrangentes de jovens para que possam atuar com assertividade em suas aulas, para que possam estabelecer relações dialógicas reais que

---

<sup>1</sup> A pesquisa aqui referida está em andamento. Trata-se de um estudo no âmbito de doutorado, realizado por Afonso Vieira Ferreira, sob orientação da Profa. Dra. Lana de Souza Cavalcanti. Alguns dados parciais dessa pesquisa foram utilizados neste texto para fins de uma reflexão acerca da relação entre as práticas espaciais urbanas de jovens escolares em cidades pequenas e o ensino de Geografia.

permitam aproximações entre seus conhecimentos, suas imaginações (geográficas), considerando que os jovens são singulares, mas que são também seres sociais, que vivem em contextos de vida e de sociedade específicos. Mesmo pressupondo as diferenças e as desigualdades concretas nos contextos que constituem os jovens estudantes, é possível compreender que, em comum, eles estão em uma fase da vida na qual constroem sua autonomia, sendo forte seu processo de identificação pessoal e de grupo, de pertencimento social. Nessa composição, as identidades são múltiplas, pois esse estudante é jovem, mas é também filho, trabalhador, negro, branco, morador de periferia ou não, migrante ou não, mulher, homem etc. (Dayrell, 2003).

Trata-se, assim, de um período importante da vida (marcado pela flexibilidade temporal e subjetividade), em que os jovens experimentam a vida em sociedade, com crescente autonomia em relação às suas interações e normatizações familiares, e podem, com a mediação do contexto social (em que a escola está inserida), perceber as relações entre suas condições concretas e desiguais de vida e a vivência de sua juventude.

Outro aspecto a ser destacado, nesse texto, para compreender os jovens estudantes é que eles têm uma vida ativa, sua constituição como sujeito é forjada em seu meio geográfico específico, sendo que eles têm com esse meio uma relação de interdependência dialética, com dupla influência (Cavalcanti, 2023). Considerando o contexto urbano, assinala-se que os jovens têm inserção ativa na cidade, tem suas práticas cotidianas condicionadas pela dinâmica espacial desse lugar, mas eles também produzem espacialidades, imprimem aí suas marcas, expressão de suas identidades. Há, dessa forma, necessidade de aprofundar os conhecimentos a respeito das relações que têm os jovens com seu contexto de vida cotidiano, nesse caso, a cidade e sua dinâmica. Para esse aprofundamento, a demanda que antecede são as reflexões e conceituação em torno dessa espacialidade específica, que no caso aqui tratado é o contexto das cidades pequenas, o que está delineado no próximo item.

### **Cidades pequenas e as práticas espaciais: em busca de um conceito**

A cidade é um fenômeno espaço-temporal de interesse para diversas áreas do conhecimento, neste sentido têm-se produzido estudos e pesquisas sob múltiplas perspectivas, abordando temas e conteúdos os mais diversos. Essas áreas, considerando suas especificidades e particularidades teórico-metodológicas, buscam compreender e explicar a cidade a partir de um conjunto próprio de princípios, conceitos, teorias e categorias que possibilitam vislumbrar a cidade a partir de seus referenciais empíricos e teórico-conceituais.

Sob o prisma geográfico, a cidade pode ser analisada também a partir de uma multiplicidade de perspectivas, desde aquelas que buscam compreender e explicá-la na abrangência da rede urbana e de sua hierarquia (considerando a centralidade de

aspectos político, econômico e sociais) às que, na escala intraurbana, se dedicam a abordar a cidade a partir do imaginário e da subjetividade dos sujeitos que a produzem cotidianamente. Outra perspectiva, que é o foco deste texto, volta-se para a compreensão da cidade e sua importância para o ensino de Geografia como objeto empírico e como construção teórico-conceitual (como objeto do pensamento). Neste processo de apreensão da cidade como objeto de estudo no ensino de Geografia, opta-se por analisá-la como espaço produzido na interface entre o percebido, o vivido e o concebido (Lefebvre, 2006) e suas potencialidades para a formação e atuação cidadã.

A cidade como espaço percebido é o espaço da prática social que possibilita aos sujeitos verem e compreenderem seus espaços mais imediatos, mas também outros espaços, com o suposto de que a sua produção e/ou reprodução se dão no embate entre o concebido e o vivido. Este aspecto expressa-se em estreita relação entre a vida cotidiana (na dimensão das relações espaço-temporais que constituem as espacialidades) e a realidade urbana (a partir das dimensões do trabalho, da expressão da vida particular em meio à coletividade, do lazer e das possibilidades limitadas ou não, que o modo de vida urbano abriga) (Lefebvre, 2006). Entende-se que a prática social na cidade demanda o uso do espaço urbano pelos corpos, que expressam a diversidade social, territorial, de gênero (entre outras) e explicitam o cotidiano urbano. A prática social, que é uma prática socioespacial, delimita espaços e segrega sujeitos a partir de suas possibilidades de vida. É também o espaço da subversão das normas e regras estabelecidas a partir de ações e práticas espaciais insurgentes (Souza, 2009) e é neste embate entre valor de uso e valor de troca, que a cidade se constitui como espaço do conflito.

A cidade como espaço concebido é a dimensão da representação espacial, está intimamente associada às relações de produção, aspecto que implica na concepção de planejamento e organização espacial urbana para atender aos ditames da ordem estabelecida. Assim o espaço concebido é o espaço “dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas ‘retalhadores’ e ‘agenciadores’, de certos artistas próximos da cientificidade, identificando o vivido e o percebido ao concebido” (Lefebvre, 2006, p. 66). Nessa compreensão, o espaço é um espaço normatizado que delimita o que pode ou não ser realizado, é o espaço do controle social por meio da ciência que guarda intencionalidades subjacentes à sua organização, que se apresenta como neutro, mas busca escamotear um quadro de desigualdades socioespaciais e territoriais. Mas, a ciência é também e contraditoriamente a dimensão da generalização conceitual, a partir de abstrações, nesse sentido ela é também possibilidade de construção da análise crítica, justamente quando intenciona abranger as demais dimensões da produção do espaço, almejando chegar à sua essência de significado.

A cidade, como espaço vivido, são os espaços de representação da vida social em sua dimensão mais imediata, que abriga em sua diversidade restrições, necessidades, desejos, anseios e limitações. Esse quadro pode se colocar como

situação propulsora para a subversão da ordem estabelecida, como possibilidade de alteração das dinâmicas e das finalidades dos espaços concebidos, este processo se dá pelos usos do espaço urbano no enfrentamento à normatização do espaço. Nessa perspectiva, a cidade como espaço vivido é o “espaço dos ‘habitantes’, dos ‘usuários’, mas também de certos artistas e talvez dos que descrevem e acreditam somente descrever: os escritores, os filósofos. Trata-se do espaço dominado, portanto, suportado, que a imaginação tenta modificar e apropriar.” (Lefebvre, 2006, p. 66).

No processo de compreensão da produção do espaço urbano a partir da tríade dialética entre os espaços percebido, concebido e o vivido, proposta por Lefebvre (2006), há de se estabelecer também diferenças entre a cidade e o fenômeno urbano, muito embora a cidade seja a *base prático-sensível*, o substrato material e morfológico de expressão da vida urbana, concebe-se que há diferenças entre ambas as acepções. De modo que se compreende a cidade como

[...] uma mediação entre as mediações. Contendo a ordem próxima, ela a mantém; sustenta relações de produção e de propriedade; é o local de sua reprodução. Contida na ordem distante, ela se sustenta; encarna-a; projeta-a sobre um terreno (o lugar) e sobre um plano, o plano da vida imediata; a cidade inscreve essa ordem, prescreve-a, escreve-a, texto num contexto mais amplo e inapreensível como tal a não ser para a meditação (Lefebvre, 2001, p. 52).

Neste entendimento, a produção e reprodução do espaço urbano se dá a partir de múltiplos aspectos, mas se realiza na interface entre a *ordem próxima* e a *ordem distante*, de modo a se estabelecer com base em princípios e normas ideológicas se materializando em um arcabouço de leis e regramentos. Já o fenômeno urbano é uma virtualidade (Lefebvre, 2008) que se manifesta a partir da produção e reprodução das relações socioespaciais no cotidiano da cidade. Nesta perspectiva “o urbano se manifesta como exigência de encontro, de reunião, de informação” (Lefebvre, 2008, p. 85), como espaço da monumentalidade e da simultaneidade de relações cotidianas. Dessa forma, a cidade e o fenômeno urbano, embora se encontrem em constante processo de (re)produção e interação mútua, não podem ser tomados como sinônimos.

Nessa perspectiva, a cidade é concebida como lócus de produção e reprodução da vida urbana, como espaço privilegiado de múltiplas relações, de conflitos e embates. Nesse sentido as cidades são dialeticamente iguais e diferentes: são iguais como espacialidades que são organizadas a partir de estruturas, processos, funções e formas (Santos, 2014) e são diferentes pois guardam especificidades e particularidades que as tornam únicas. Conforme Santos (1996, p. 259) “a cidade é um grande sistema, produto de superposição de subsistemas diversos de cooperação, que criam outros tantos sistemas de solidariedade.”

Considerando a multiplicidade de abordagens que a cidade e o fenômeno urbano podem ter, parte-se do pressuposto de que é inerente ao espaço da cidade a complexidade da vida urbana que é resultado da produção e reprodução de riquezas e poder, mas, também, de modo contraditório, é o espaço de reprodução da vida.

Entende-se, com isso, que a cidade atual é o resultado de processos históricos e cumulativos, que formam, no espaço urbano, as rugosidades (Santos, 1999, p.113), onde o tradicional e o moderno coexistem. Nesta compreensão,

[...] a cidade é uma realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico e que ganha materialização concreta, diferenciada, em função de determinações históricas específicas. [...] A cidade, em cada uma das diferentes etapas do processo histórico, assume formas, características e funções distintas. Ela seria assim, em cada época, o produto da divisão, do tipo e dos objetos de trabalho, bem como do poder centralizado (Carlos, 2011, p. 57).

Com essa afirmação, pode-se compreender a cidade como uma construção, uma produção histórica e material da humanidade em seu devir. Nesta perspectiva, é importante estabelecer diferenças e semelhanças entre as cidades no contexto atual, particularmente entre grandes cidades e cidades pequenas, ainda que ambas devam ser analisadas a partir de múltiplos aspectos e elementos que as constituem.

Usualmente, define-se uma cidade como grande pela sua dimensão populacional (que tem sua população contada em milhões) ou devido ao espraiamento de sua malha urbana, que em muitas cidades ocupa uma dimensão espacial bastante ampla. No entanto, embora estas formas de caracterizar a cidade grande sejam importantes, tendo em vista que uma grande população demanda maior dimensão espacial e maior disponibilidade de solo urbano, compreende-se que outros aspectos podem também caracterizar as cidades grandes.

As cidades grandes, em primeira constatação, apresentam maior dimensão espacial que expressa, de modo mais explícito, a contradição entre o valor de uso e o valor de troca (Lefebvre, 2001). Elas abrigam um denso e fluido movimento em sua rede técnica e informacional (a qual se apresenta interligada à rede político-econômica global), ainda que em sua materialidade se encontre também espaços caracterizados pela lentidão do tráfego representada pelos imensos congestionamentos urbanos, também dos ritmos de expressão da vida nas periferias e/ou áreas excluídas. Essas últimas são a expressão do tempo lento inserido em “fluxos hegemônicos” (Santos, 2013), compreendendo que “grupos, instituições, indivíduos convivem juntos, mas não praticam os mesmos tempos” (*Ibidem*, 2013, p. 42). A esse respeito, o autor afirma:

À cidade informada e às vias de transporte e comunicação, aos espaços inteligentes que sustentam as atividades exigentes de infraestruturas e sequiosas de rápida mobilização, opõe-se a maior parte da aglomeração onde os tempos são lentos, adaptados às infraestruturas incompletas ou herdadas do passado, os espaços opacos que, também, aparecem como zonas de resistência (Santos, 2013, p. 71).

Assim, a cidade grande, embora se apresente como espaço de diversos conflitos, é também o lugar do desejo e do consumo do e no espaço, onde o apelo pela comercialização de produtos e serviços encontra seu ápice. Ela ocupa, desse modo,

uma posição de destaque regional ou nacional na hierarquia urbana e é considerada polo de atração populacional relacionada às múltiplas funções que desempenham. Elas abrigam grande contingente populacional, que, por força da especulação imobiliária e de múltiplos problemas urbanos e sociais, são empurradas para os espaços mais periféricos da cidade, demarcando práticas espaciais limitadas. Assim compreendida, a cidade grande é o espaço privilegiado da

[...] concentração da população e da pobreza contemporânea, da rarefação rural e da dispersão geográfica das classes médias; concentração das atividades relacionais modernas, contemporânea da dispersão geográfica da produção física; [...] maior centralização da irradiação ideológica, com a concentração dos meios de difusão das ideias, mensagens e ordens; construção de uma materialidade adequada à realização de objetivos econômicos e socioculturais e com impacto causal sobre o conjunto dos demais vetores (Santos; Silveira, 2006 p. 206).

Nesse contexto, o cotidiano urbano é manifestação ‘solidária’ entre sujeitos, firmas e instituições (Santos, 1999, p. 258), caracterizando-se pela multiplicidade e heterogeneidade de expressões, que retratam o dinamismo de relações hegemônicas e hegemônicas e a diversidade dos sujeitos a partir de suas práticas espaciais urbanas.

Nas cidades grandes, as relações interpessoais, dadas a diversidade de espaços e a dimensão populacional, estão associadas, sobretudo, aos espaços mais imediatos de realização de vida dos sujeitos (o trabalho, supermercado, a escola, universidade, igreja e relações de parentesco e amizade, etc.). A segregação socioespacial limita e restringe o maior contato entre sujeitos de classes sociais distintas e o fenômeno da autosegregação impõe barreiras e muros, constituindo ilhas que simbolizam e representam a prosperidade urbana em meio a espaços de ausências e escassez. Dessa forma, os sujeitos vivem a cidade grande a partir de recortes espaciais associados às suas necessidades e demarcados por suas limitações sociais, espaciais e de acessibilidade. Esse aspecto restringe as práticas espaciais urbanas no contexto das grandes cidades, de modo que a fragmentação espacial da cidade impacta frontalmente o cotidiano dos sujeitos e suas possibilidades de vida.

Nessa perspectiva, caracterizar e/ou categorizar a cidade é um grande desafio, dadas as múltiplas possibilidades e inúmeras perspectivas de análise, de modo que se torna impossível uma conceituação que seja generalizante e ao mesmo tempo universal. Nesse sentido, outro grande desafio é classificar e categorizar as cidades pequenas, tendo em vista que, ao qualificar os distintos espaços urbanos, do Brasil e do mundo, tende-se a privilegiar o critério demográfico. Segundo Sposito e Silva (2013, p. 34), há uma adoção do critério demográfico para estabelecer o limiar mínimo que distingue a cidade da vila ou de outra forma de concentração populacional.

Nesse sentido, a cidade pequena pode ser compreendida como “um recorte empírico/teórico do fato urbano. Apesar da dimensão espacial específica, a cidade pequena possui, ainda, uma totalidade particular que a anima e a movimenta por meio

de processos capitalistas de produção” (Sposito; Silva, 2013, p. 17), que produzem espacialidades e as singularizam. No entanto, a cidade pequena é também parte constitutiva do espaço geográfico como totalidade, pois está inserida na dinâmica global da produção, circulação e consumo (Santos, 2014).

Adotar o critério populacional para classificar uma cidade em pequena, média ou grande, embora seja amplamente utilizado, apresenta limitações e possibilita apenas um vislumbre da cidade como espaço complexo de realização da vida e espaço de reprodução do modo de produção hegemônico. Nessa compreensão, entende-se que a cidade pequena guarda outras complexidades se comparadas às grandes cidades e/ou regiões metropolitanas, que as tornam, embora interligadas e conectadas à dinâmica global, lugares singulares de expressão da vida urbana em sua menor escala. Esse entendimento opõe-se parcialmente à proposição de Silva (2019, p. 207), que sustenta que a cidade pequena é “um lugar global simples”. No entanto, há nesta proposição de Silva uma possibilidade para se definir conceitualmente a cidade pequena, a partir da análise da cidade como lugar de desenvolvimento da vida, como espaço de realização do cotidiano urbano em sua dimensão mais reduzida, como lócus de práticas espaciais e relações interpessoais mais intensas e aproximadas. Isso posto, a compreensão que defendemos é a de que a cidade pequena está submetida a uma lógica e dinâmica global, aspecto destacado por Santos (1999, p. 273) ao sustentar que “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente.”

Nesse sentido, contrapondo-se à conceituação de Silva (2019), compreende-se que a cidade pequena é também um lugar complexo, que pertence a uma determinada rede urbana, apresenta funções variadas, mantém relações de conexão e interdependência com outros espaços, abriga, em seu interior, embates e conflitos que caracterizam, de forma dinâmica e complexa, a vida cotidiana e a produção e reprodução dos espaços urbanos. A cidade pequena, portanto, não pode ser considerada um lugar global simples, mas um lugar que guarda uma complexidade diferente dos grandes centros urbanos.

Na busca por uma compreensão teórica sobre cidades pequenas, algumas possibilidades foram também colocadas por Silva (2019), que defende a classificação da cidade a partir da sua concentração populacional; da densidade de ações cotidianas presente nos lugares e da dinâmica presente na interface entre o rural e o urbano.

A cidade pequena é o lugar de expressão da vida urbana em sua menor escala, considerando a complexidade das relações entre pessoas, firmas e instituições, que se dá a partir da integração e interconexão de aspectos do lugar e do global. Sendo assim, produzem conflitos e embates, que se materializam no espaço urbano e organizam o lugar de vida dos sujeitos com base em um conjunto de intencionalidades. A cidade pequena é, também, o lugar privilegiado de práticas espaciais urbanas mais intensas e

aproximadas, dada a reduzida dimensão espacial. Ela é, portanto, um recorte reduzido (e parte) da totalidade complexa que é o espaço geográfico.

Desse modo, a cidade pequena abriga, em seu interior, um conjunto de relações sociais expressas por múltiplas práticas espaciais urbanas que dão suporte à vida. Dada a sua dimensão espacial reduzida, tem-se a possibilidade de os sujeitos viverem a cidade pequena em sua completude, aspecto impensável para médias e grandes cidades. As cidades pequenas se caracterizam ainda por relações interpessoais mais intensas e próximas, de modo que ações simples se tornam eventos importantes. Exemplos dessas relações são: um desafio esportivo entre equipes de cidades vizinhas, uma cavalgada, uma festa tradicional, a morte natural de uma pessoa. Esses eventos impactam momentaneamente o espaço urbano e alteram as práticas espaciais dos sujeitos e a dinâmica organizacional da cidade. De modo que, na cidade pequena, espaços-tempo específicos constituem-se em lugares do encontro, do conversar, do solidarizar-se, do lazer e da diversão, que são vividos com intensidade a partir da profundidade de relações.

A cidade pequena, outrora espaço da vida pacata e simples, é, no momento atual, impactada profundamente por problemas sociais e urbanos estruturais e globais, antes percebidos apenas nas grandes cidades e regiões metropolitanas, como o desemprego (e suas consequências), a violência, a drogadização, as reduzidas perspectivas e possibilidades de vida, entre outras. Nas cidades pequenas, as possibilidades reduzidas de desenvolvimento da vida (com acesso ao mercado de trabalho e oportunidades) e progressão estudantil (com a profissionalização a partir do ingresso em estudos universitários) mobilizam a migração, em especial das juventudes, para os centros mais bem posicionados na hierarquia urbana, ou seja, as médias e grandes cidades. Esse fato coloca a necessidade de se refletir sobre o direito a não migrar e de se ter neste lugar uma vida plena de possibilidades para o desenvolvimento integral como sujeito ativo e autônomo, dotado de cidadania. Como alerta Endlich (2019, p. 30)

Tratar das pequenas localidades [pequenas cidades] com base no referencial empírico das áreas não-metropolitanas, implica abordar a questão do desenraizamento, da migração que se faz para a reprodução social da vida e a dificuldade em manter as pequenas cidades como lugares.

Nesse sentido, compreendendo a cidade como cenário de vida e contexto para o desenvolvimento de práticas de ensino de Geografia para jovens escolares, é importante refletir acerca das diferenças e semelhanças entre cidades grandes e pequenas cidades e entre a constituição ou não de distintas espacialidades urbanas e como a compreensão destas espacialidades urbanas pode contribuir para o desenvolvimento da vida e para o ensino de Geografia.

## **As cidades pequenas, os jovens escolares suas práticas espaciais e a Geografia na escola**

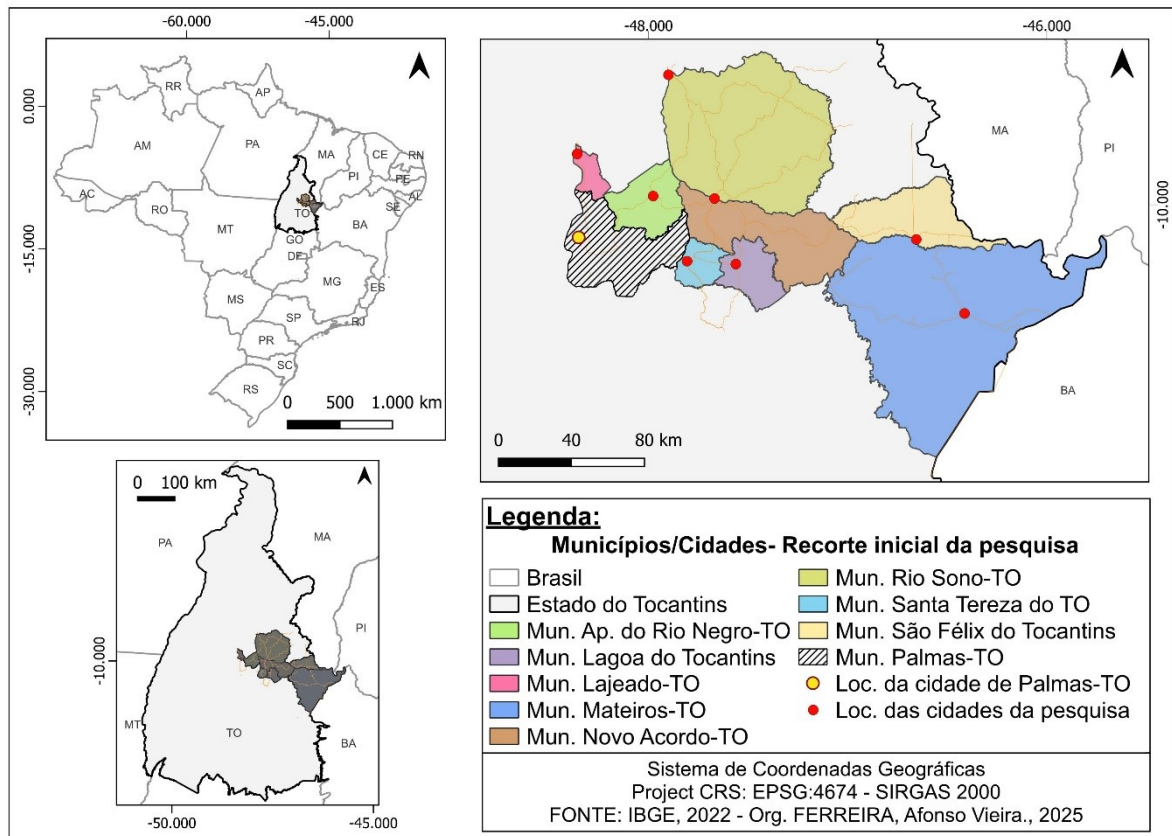
Como destacado, a classificação de uma cidade como pequena, média ou grande é tarefa complexa, e o texto não objetiva fazê-la, mas tem o intuito de destacar a importância que tem o estudo das cidades pequenas para a ciência geográfica e para seu ensino. De todo modo, embora várias sejam as perspectivas de análise e categorização das cidades em pequenas, médias e grandes, compreende-se que o aspecto populacional é um importante indicativo (mas não o único) para se classificar as cidades. O destaque a esse indicativo se justifica tendo em vista que a dimensão populacional retrata, de certa forma, a estrutura espacial da cidade; seu aspecto funcional; sua posição na rede urbana, apresentando ainda indícios da dinâmica intra-urbana e da relação campo-cidade.

O Brasil, segundo dados do censo demográfico de 2022, possui mais de 3.850 cidades (69,15 % do total) com população inferior a 20 mil habitantes, totalizando quase 32 milhões de pessoas (15,38 % do total) vivendo nestes lugares. Tais dados dão indicativo de que a cidade pequena em nosso país é um importante referente para se compreender a organização e distribuição da população brasileira no território, bem como os fenômenos e situações geográficas presentes nestas localidades.

O contexto específico do estado do Tocantins, local da pesquisa relacionada a este texto, apresenta 129 municípios com população inferior a 20 mil habitantes (92,80%), totalizando mais de 720 mil habitantes, o que equivale a 45,45% do total da população do estado. Os dados indicam que, nesse contexto específico, também as cidades pequenas constituem a espacialidade de vida de um número significativo de pessoas e, como tal, constituem-se como importante conteúdo, referência empírica e teórica relevante para o ensino de Geografia.

Após se apresentar um quadro elucidativo acerca de aspectos e elementos da cidade e da vida urbana, busca-se destacar a importância do estudo das cidades pequenas para a ciência geográfica e conseqüentemente para seu ensino. Cumpre ressaltar que este estudo busca relacionar as práticas cotidianas dos jovens escolares nas cidades pequenas com os temas abordados em sala de aula dessa disciplina. Dessa forma, embora se tenha evidenciado a importância e a relevância do estudo das cidades pequenas para a ciência geográfica, é fundamental destacar que este trabalho aborda as cidades pequenas para a Geografia no cenário dos processos de ensino e aprendizagem.

**Figura 1 – Localização da área do estudo**



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Compreender a relação entre o cotidiano na cidade e a Geografia na perspectiva da formação escolar requer compreender a vida dos sujeitos nesse espaço, em especial, dos jovens escolares nas cidades pequenas. As cidades pequenas, em grande medida, estão ausentes do ensino de Geografia (Fresca, 2001) ou são apresentadas apenas como referencial empírico imediato para reforçar ou se contrapor a aspectos destacados no livro didático ou no currículo formal. No currículo formal e/ou no livro didático, as médias e grandes cidades recebem maior destaque na abordagem de fenômenos e situações geográficas, enquanto a referência às pequenas cidades depende da mediação didática do professor.

Buscando elementos empíricos para contribuir na reflexão teórica sobre as possibilidades dessa mediação didática, foram levantados aspectos específicos da realidade tocantinense, recorte espaço-temporal e objeto do percurso metodológico da produção de dados para o estudo de referência desse texto. Como recorte espacial, definiu-se o estado do Tocantins, mais especificamente as cidades pequenas (Aparecida do Rio Negro-TO, Lajeado-TO, Lagoa do Tocantins, Novo Acordo-TO, Santa Tereza do Tocantins, Rio Sono-TO, São Félix do Tocantins e Mateiros-TO – figura 1), que abrigam Unidades de Ensino que integram a Superintendência Regional de Ensino de Palmas-TO. Ou seja, a produção de dados e informações sobre o tema teve como objeto

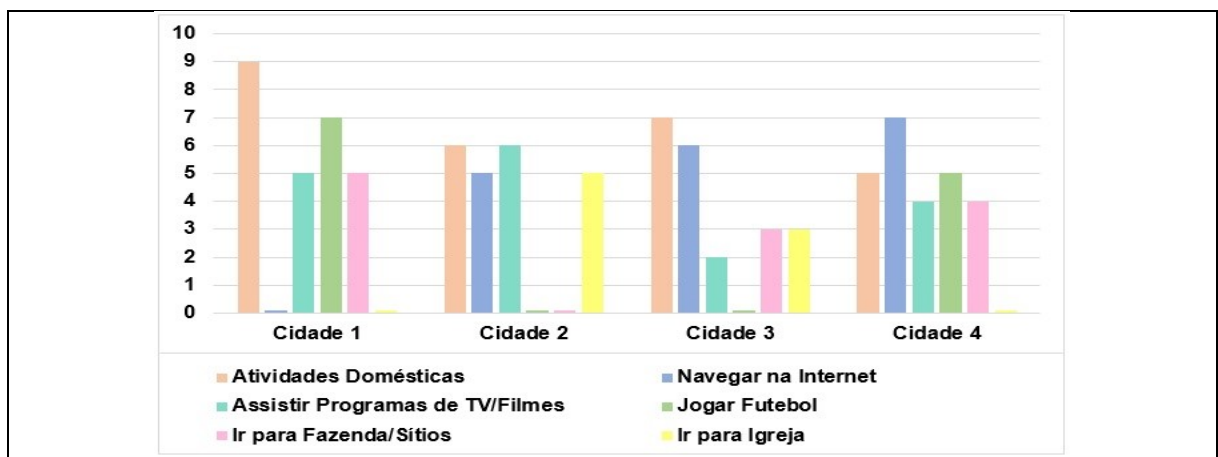
unidades de ensino vinculadas à referida seccional administrativa do sistema estadual de ensino.

É importante destacar que motivos diversos contribuíram efetivamente para a produção de dados e informações sobre jovens escolares das unidades de ensino localizadas nas cidades de Santa Tereza do Tocantins, Rio Sono-TO, São Félix-TO e Mateiros-TO. Por meio da aplicação do questionário, buscou-se identificar aspectos e elementos da relação estabelecida entre as práticas espaciais da vida cotidiana dos jovens escolares na cidade pequena e suas potencialidades para o ensino de Geografia na escola. Os sujeitos da investigação (41 no total: 24 do sexo feminino e 17 do sexo masculino) são jovens escolares de faixa etária entre 14 e 19 anos, que estudam em escolas públicas do estado do Tocantins, na primeira série do ensino médio.

Os dados obtidos por meio do questionário revelam que os jovens escolares, em sua ampla maioria, não realizam atividades remuneradas. Seus pais possuem vínculo de trabalho, em geral, como servidores públicos (alguns pais têm como profissão: motorista, lavrador, dona de casa, entre outras), aspecto que evidencia a administração pública como principal fonte empregadora em cidades pequenas. Como a dimensão espacial da cidade é muito reduzida, os jovens percorrem menos de 2 quilômetros entre sua casa e a escola, sendo que quase a totalidade realiza este trajeto a pé. Esse dado supostamente os possibilita estabelecer maior contato com espaços da sua cidade.

Acerca do cotidiano dos jovens escolares na cidade pequena, alguns aspectos merecem destaque. Pela observação in loco e pelas respostas ao questionário, pode-se inferir que esses jovens vivem de forma limitada os espaços urbanos da sua cidade, em geral suas atividades se resumem à realização de atividades domésticas, a navegar na internet, a assistir programas de TV/filmes, a jogar futebol, a ir para a igreja ou ir para fazendas/sítios (gráfico 1).

**Gráfico 1** – Atividades realizadas pelos jovens escolares de cidades pequenas quando não estão na escola



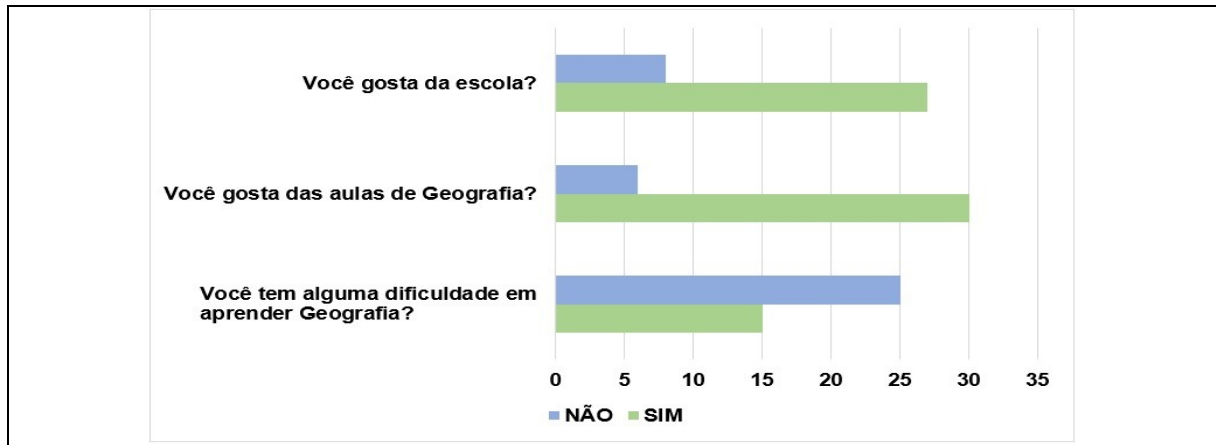
Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Por meio dos dados do gráfico 1, compreende-se que os jovens escolares ocupam a maior parte do seu tempo, quando não estão na escola, realizando atividades domésticas, navegando na internet ou assistindo a programas de TV e filmes. Da mesma forma, percebe-se que as atividades ou espaços de recreação e lazer estão associados, em grande medida, aos espaços de sua casa, predominando as atividades de navegar na internet e assistir à TV/filmes. Quanto ao tempo gasto para realização das referidas atividades, merecem destaque: 1- o tempo consumido para navegar na internet, que, em alguns casos, segundo declararam, está entre 5 e 8 horas diárias; 2- a realização das atividades domésticas, que consome, em média, entre 2 e 4 horas diárias. Esse aspecto indica que o tempo alternativo às atividades na escola (contraturno) é ocupado, em grande medida, pela realização de atividades domésticas e pela navegação na internet. Outro aspecto que merece destaque é a pouca utilização das ruas e praças como lugares de encontro com amigos, indicando que a rua e a praça são apenas lugares de passagem para a realização de tarefas e atividades rotineiras (como ir às compras, à escola, à igreja).

Os jovens foram solicitados a indicar os aspectos positivos e negativos de sua cidade. Quanto aos aspectos positivos, eles declararam que suas cidades são lugares seguros, destacando a presença de pontos turísticos (principalmente nas cidades que pertencem à região turística do Parque Estadual do Jalapão) e de espaços esportivos (como quadra de esportes e campo de futebol). Quanto aos aspectos negativos de suas respectivas cidades, os jovens escolares indicaram quase com unanimidade a falta de oportunidades de trabalho e a falta de opções de lazer.

Esse aspecto denota possivelmente uma vida social restrita na cidade e explica, em grande medida, o fato de suas principais atividades recreativas serem navegar na internet e assistir TV. Esse fato revela ainda uma outra questão: devido à falta de oportunidades de trabalho e progressão acadêmica para os jovens escolares, eles, após a conclusão da etapa do ensino médio, precisam migrar para uma cidade que lhes proporcione o atendimento de suas demandas (geralmente migram para a capital do estado, a cidade de Palmas-TO). Os jovens foram questionados se gostavam da escola e das aulas de Geografia, e suas respostas estão expressas no gráfico 2:

**Gráfico 2 –** Relação dos jovens escolares de cidades pequenas com a escola e a Geografia



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Conforme o gráfico, percebe-se que a grande maioria afirmou gostar de estar no espaço escolar, indicando que é um lugar de encontrar os amigos e de aprender. Esse dado reforça o caráter socializador que o espaço escolar possui, visto que é na escola onde se encontram, compartilham alegrias, desejos, frustrações e vivem suas juventudes com muita intensidade. Percebe-se que a dimensão do aprender, nas respostas dos jovens escolares, está em segundo plano, pois no plano principal está a escola como espaço de socialização, lazer e realização da sua condição juvenil.

Quanto à questão que os interrogava sobre o que os motivava a ir para a escola, as respostas reforçaram a compreensão dela como espaço do aprender e dimensão do conviver com os amigos, tendo em vista que a grande parte dos participantes afirmou gostar de estudar e outros afirmaram conceber a escola como espaço para encontrar com os amigos, reforçando, uma vez mais, a ideia de que a expressão da condição juvenil, em cidades pequenas, se dá sobretudo no espaço escolar.

A maioria dos estudantes afirmou gostar das aulas de Geografia, apresentando afinidades com temas e conteúdos específicos, como: Geopolítica; Culturas e Religiões; Planeta Terra; Mapas; Fronteiras. No entanto, foi destacado, como justificativa para gostar das aulas de Geografia, por parte da grande maioria dos alunos, o bom relacionamento com o/a professor(a) (com 12 indicações). Esse dado reforça o aspecto positivo da boa relação entre professor e estudantes. Acerca dos estudantes que afirmaram não gostar das aulas de Geografia, destaca-se a associação que realizam com a descrição e memorização dos conteúdos, aspecto que, em grande medida, evidencia a presença do ensino tradicional dos conteúdos da Geografia escolar.

Os estudantes foram questionados ainda acerca da relação entre a cidade em que vivem e a Geografia que estudam na escola e, afirmaram, em grande número, não perceber a referida relação nas aulas de Geografia. Nesse aspecto, cumpre destacar que, conforme já apresentado, o tema das cidades pequenas não está presente no

currículo formal e, em grande medida, está ausente também no livro didático (material mais utilizado pelo professor no planejamento e organização da aula).

Quando questionados sobre como identificam se aprenderam ou não determinado conteúdo de Geografia ensinado em sala de aula, em sua grande maioria, os estudantes estabelecem relação direta com o sucesso na realização de atividades e avaliações (com 9 indicações). No entanto, foram destacadas algumas respostas que relacionam a Geografia ao cotidiano vivido por eles, como por exemplo: “*porque [quando] consigo identificar certos assuntos observados ao meu redor*”; “*Quando consigo identificar a Geografia no meu dia-a-dia*”. Foram destacadas ainda as dimensões do lembrar e expressar-se acerca do tema estudado como aspecto de constatação da efetividade da aprendizagem do conteúdo, como por exemplo: “*Quando se passam uns dias e eu ainda lembro do conteúdo*”; “*Quando eu consigo falar/debater/explicar sobre ele com facilidade*”; “*Quando consigo explicar o conteúdo com facilidade*”; “*Quando ela [a/o professor/a] me questiona e eu respondo.*”

Esses dados produzidos na relação com estudantes de algumas cidades pequenas no contexto brasileiro permitem realizar algumas inferências sobre as práticas de ensinar e aprender Geografia no contexto específicos das cidades pequenas.

### **As práticas espaciais dos jovens escolares em cidades pequenas como possibilidade para o ensino de Geografia**

O que podemos avançar sobre os conhecimentos com respeito aos jovens escolares que vivem em contextos de cidades pequenas no Brasil, a partir dos dados da pesquisa empírica com alunos de ensino médio de cidades pequenas do interior do estado do Tocantins? É possível dizer que suas práticas, suas narrativas são singulares ou é possível perceber similaridades com outros contextos semelhantes, permitindo algum tipo de interpretação mais geral desses jovens?

Considerando as questões propostas e o quadro apresentado, compreender a cidade pequena como lócus de produção e reprodução do espaço em suas relações, conexões e interdependência com a totalidade, também como lugar de expressão da vida cotidiana, como espaço de realização das mais diversas práticas espaciais urbanas, se coloca como possibilidade para que o ensino de Geografia se torne significativo para os jovens escolares e assim, sejam capazes de mobilizar processos de aprendizagem de modo a compreender a complexidade das relações que se materializam no contexto urbano das cidades pequenas e também em outros lugares.

No cenário urbano das cidades pequenas existem espacialidades geográficas que podem e devem ser trabalhadas na mobilização de processo de ensino e aprendizagem que tenha como objetivo a compreensão espacial e a formação cidadã. Nesse sentido, a cidade pequena, como espaço de vida dos jovens escolares, pode ser estudada, prioritariamente, a partir das categorias Paisagem e Lugar.

Na cidade pequena, como em todos os lugares, a paisagem é dinâmica, embora guarde e se expresse pela comunhão do passado com o presente por meio das rugosidades (Santos, 1999). Ela possui uma feição, uma expressão que revela o aparente, que precisa ser compreendido. É no traçado de uma rua/avenida, com seus cruzamentos, seus prédios, suas áreas residenciais e comerciais (que na cidade pequena se entrecruzam), nas praças e espaços de lazer (quadras poliesportivas, campos de futebol, etc.) que se colocam abertos à ocupação e ao uso ou não.

No trânsito, que funciona quase que sem normatização (exceto quando se noticia ações da Polícia Militar), os congestionamentos inexistem e se torna comum estacionar quase em qualquer lugar. É comum também o tráfego de grandes caminhões que transportam produtos oriundos do agronegócio e/ou grandes máquinas empregadas na produção. Neste aspecto, considerando a dinâmica da paisagem urbana, é possível ao professor questionar, nas aulas de Geografia, sobre a estrutura e organização da produção rural do município a quem atende? De onde vêm as grandes máquinas (que às vezes rompem a fiação elétrica e causam transtornos)? Para onde se destina a produção? Quem são os sujeitos que trabalham na produção agrícola?

É possível, a partir da análise da paisagem urbana da cidade pequena, questionar que aspectos sustentam a diferenciação entre as estruturas das casas em áreas centrais e em espaços periféricos, também questionar por que determinadas ruas são asfaltadas e outras não (e por que geralmente as ruas com asfaltamento se localizam nas áreas centrais da cidade).

É possível estudar a paisagem urbana da cidade pequena a partir da análise dos impactos entre o público e privado: a rua se torna estacionamento em frente aos estabelecimentos comerciais; as calçadas se tornam espaços preferidos para o posicionamento de expositores para a venda de produtos. Também, como em momentos específicos, a paisagem urbana é transformada por eventualidades: um culto religioso, um velório, uma festa infantil. Estes e outros aspectos transformam a paisagem urbana nas cidades pequenas, por vezes de forma transitória, por vezes de modo repetido e/ou permanente, alterando a dinâmica de organização do espaço urbano e ocasionando limitações para o uso dos espaços públicos da cidade.

Desse modo, o estudo da paisagem urbana da cidade pequena, bem como as transformações e os fatores que as originam, tem importância geográfica no movimento de análise e compreensão do espaço geográfico como totalidade. Tendo em vista que sua compreensão se dá à luz da análise das formas e conteúdos (Cavalcanti, 2006), materiais e concretas que constituem o real aparente, análise esta que é subjetiva e se constitui a partir de aspectos e elementos objetivos, revelando as contradições, o movimento e a dinâmica espacial que dão conteúdo às distintas e diversas paisagens. Nesta compreensão, a paisagem urbana na cidade pequena constitui um importante conteúdo para o ensino de Geografia, no entanto, há que se relacionar as transformações e alterações na paisagem urbana a um contexto mais amplo e global.

A cidade pequena é o lugar da vida de milhões de sujeitos no Brasil e no mundo. Nestes espaços, a dimensão da vida cotidiana se realiza em sua menor escala e com todas as contradições que lhe são inerentes. Nesta perspectiva, a cidade pequena é o lugar de materialização de diversos conflitos: entre o público e o privado; entre o valor de uso e o valor de troca; também entre sujeitos vivendo em sociedade. A cidade pequena, assim como as outras cidades, se caracteriza por ser o lugar do consumo em larga escala (ainda que as possibilidades de consumo sejam mais limitadas); é o lugar do consumo dos/nos lugares (que é expresso a partir do consumo em espaços privados destinados ao lazer àqueles que podem pagar por produtos e serviços).

A cidade pequena, como objeto de conhecimento, pode ser estudada e analisada a partir de sua dimensão escalar na rede urbana, no entanto, há que se atentar para não abordá-la de forma linear, tendo em vista que suas relações de conexão e interrelações ultrapassam esta perspectiva. Os espaços da cidade pequena são também referência para se compreender, a partir da abordagem cartográfica, a orientação e localização dos lugares, aspecto importante para a compreensão do espaço e formação do pensamento geográfico.

A cidade pequena é também o lugar onde as relações entre os sujeitos se desenvolvem de modo mais aproximado, é o lugar onde a sociabilidade se desenvolve a partir de relações de pessoalidade. As relações de pessoalidade se caracterizam pela intensa convivência cotidiana, pelas relações de parentesco e pela convivialidade das relações de vizinhança, pelo contato quase que diário em ações rotineiras (ir à panificadora, ao mercado, à escola, à farmácia) que os sujeitos estabelecem com seus pares e com os diversos espaços da cidade. Segundo Prado (1977, p. 31), na cidade pequena a “marca da pessoalidade, [está] presente em todas as instâncias da vida local”, e esta característica constitui aspecto de controle e normatização da vida. Assim, na cidade pequena, dado a reduzida dimensão espacial, as relações de sociabilidade são favorecidas e os sujeitos são conhecidos a partir de seus referentes (é o filho da dona Maria, o Marcos que trabalha na farmácia, a filha do senhor Pedro, etc.). Estes aspectos corroboram para a constituição da identidade com a cidade pequena como lugar (às vezes caracterizado como aspecto negativo, às vezes caracterizado como aspecto positivo) de realização da vida dos sujeitos (nesse sentido, se criam laços afetivos que passam pela subjetividade de relações estabelecidas entre os sujeitos e os distintos espaços da cidade, relações estas, que se encontram materializadas nestes cenários urbanos peculiares).

Na compreensão de que a cidade pequena não é apenas o lócus de realização da vida em sua dimensão mais reduzida, mas é também um espaço que compõe a totalidade que é o espaço geográfico e, como tal, se constitui como recorte empírico para a compreensão teórico-conceitual como objeto de pensamento (como objeto de conhecimento para o ensino de Geografia). Neste sentido, dentre muitas outras possibilidades, entende-se que as categorias lugar e paisagem são fundamentalmente

importantes para a leitura e compreensão das especificidades e particularidades que as cidades pequenas apresentam em suas relações e conexões com a totalidade que é o espaço geográfico.

No ensino de Geografia, uma importante abordagem que possibilita mobilizar de modo significativo e consistente o processo de ensino e aprendizagem são as proposições teórico-metodológicas de Cavalcanti (2014). A autora propõe que, na atividade didático-pedagógica, o professor pode/deve estruturar sua prática a partir de etapas que se relacionam de modo contínuo. Nesse sentido, o percurso proposto por Cavalcanti (2014) propõe que a atividade de ensino se estruture a partir das seguintes etapas: problematização, sistematização e síntese. Compreendendo que, ao ensinar qualquer conteúdo, o professor não deve ensinar diretamente os conceitos (Vigotsky, 2000), mas possibilitar meios para que os jovens escolares desenvolvam processos que os possibilitem construir, a partir da mediação didática do professor e do encontro entre conceitos cotidianos e conceitos científicos, os conceitos verdadeiros.

Cumprir destacar que, a partir da abordagem teórico-metodológica proposta por Cavalcanti (2014), é possível mobilizar processos de ensino e aprendizagem, de modo significativo, acerca de qualquer conteúdo geográfico. No quadro 1, apresenta-se possibilidades para o processo de construção dos conceitos de paisagem, lugar, rede urbana, inclusão/exclusão, cidade e cidade pequena.

**Quadro 1 -** Possibilidades de organização do processo didático-pedagógico, segundo Cavalcanti (2014)

|                 | <b>PROBLEMATIZAR</b>  | <b>SISTEMATIZAR</b>   | <b>SINETIZAR</b>  |
|-----------------|---|---|---|
|                 | Mobilização de múltiplos raciocínios a partir de situações-problema.  | O professor, a partir dos elementos apresentados pelos estudantes, organiza o processo de ensino e aprendizagem.  | O aluno organiza o pensamento e constrói o conceito.  |
| <b>Paisagem</b> | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Como é a paisagem da minha cidade?</li> <li>2. Quais são os elementos do passado, que permanecem no presente?</li> <li>3. Quais paisagens, aspectos e elementos caracterizam a cidade pequena?</li> <li>4. O que percebo no caminho para escola? Porque a paisagem se apresenta desta forma e não de outra?</li> <li>5. Como são as paisagens das grandes cidades e o que diferem ou se assemelham das cidades pequenas?</li> </ol>   | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. O professor destacar que a paisagem urbana é dinâmica e resulta do trabalho histórico-material e simbólico da humanidade, reflete, portanto, as condições hegemônicas de cada período; (<b>princípio da atividade</b>)</li> <li>2. Que o passado e o presente se encontram a partir de construções: prédios, casarões, edifícios, ruas, calçadas, fachadas, etc. (que estes são aspectos simbólicos e materiais; (<b>princípio da analogia - temporal</b>))</li> <li>3. O professor deve apresentar as particularidades e as especificidades das cidades pequenas como as diversas paisagens formadas a partir da expressão da vida cotidiana; (<b>princípio da individualidade</b>)</li> <li>4. A partir da análise do percurso casa-escola o professor deve apresentar aspectos e elementos que dão origem e justificam as referidas paisagens; (<b>princípio da causalidade</b>)</li> <li>5. Apresentar a rede urbana destacando as diferenças e semelhanças entre grandes cidades e as cidades pequenas; (<b>princípio da diferenciação</b>)</li> </ol>   |   |
| <b>Lugar</b>    | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Quais são os lugares, aos quais eu me identifico na cidade?</li> <li>2. Como são as relações que estabelecem com os lugares e com as pessoas na cidade?</li> <li>3. Como o seu lugar de vida se conecta a outros lugares, próximos e/ou distantes?</li> <li>4. Com quais outras cidades a cidade a qual vivo, se relaciona de modo mais intenso?</li> <li>5. Como eu me localizo na minha cidade? Quais são seus referentes geográficos? Quais aspectos e elementos, presentes na cidade, contribuem neste processo?</li> </ol> | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. A partir dos lugares aos quais os estudantes se identificam, o professor deve apresentar aspectos e elementos que caracterizam estes lugares: como são, o que há nestes lugares, por que apresentam esta organização e não outra. Possibilidade de trabalhar acerca dos aspectos objetivos e simbólicos acerca dos lugares apresentados; (<b>princípio da individualidade</b>)</li> <li>2. Ao se relacionar com os referidos lugares da cidade como o estudante se posiciona (partícipe ativo, incluso – ou excluído), quais são as relações que estabelecem com os sujeitos e com o lugar (relações de sociabilidade ou de consumo); (<b>princípio da causalidade</b>)</li> <li>3. O professor deve evidenciar que os lugares e suas relações não se apresentam de forma isolada, mas compõem uma totalidade; (<b>princípio da conexão</b>)</li> <li>4. O professor deve destacar a organização da rede urbana destacando o papel das pequenas cidades nesta estrutura; (<b>princípio da ordem</b>)</li> <li>5. Destacar os aspectos representacionais (cartográficos da cidade), bem como sua extensão, a posição da cidade dentro do município e em relação à outras cidades, as referências locais na unidade federativa e no país; (<b>princípio da extensão, localização, distância, posição e escala</b>)</li> </ol> | O estudante é desafiado a apresentar, a partir das atividades precedentes e, utilizando-se de múltiplas linguagens, os conceitos de paisagem, lugar, rede urbana, inclusão/exclusão, cidade e cidade pequena. |

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Nesta perspectiva, na etapa da *problematização*, o professor deve instigar os estudantes a apresentarem elementos do seu cotidiano, próximo e/ou distante (conceitos cotidianos), questionando-os, por meio de perguntas ou situações problemas, de modo a desafiar o estudante a pensar sobre o tema; na *sistematização*, o professor realiza o confronto entre os conceitos cotidianos apresentados pelos estudantes e os conceitos científicos proporcionados pela ciência geográfica, possibilitando que os mesmos reflitam, estruturam e organizem seu pensamento acerca do tema em estudo; na *síntese*, os estudantes são estimulados a construir e expressarem, por meio de diversas linguagens, os conceitos formulados. Esta proposta se caracteriza pela autonomia do estudante em construir conceitos e reforça a função do professor como mediador do processo de ensino e aprendizagem.

Dessa forma, a cidade, especialmente a cidade pequena, se constitui não apenas como lugar de vida de milhões de pessoas, mas também como objeto de conhecimento do ensino de Geografia, cuja análise é fundamentalmente importante para a compreensão do espaço geográfico como totalidade. Nessa perspectiva, entende-se ainda que abordar a cidade pequena, no ensino de Geografia, na etapa da educação básica, constitui-se como uma possibilidade para a mobilização, de modo consistente e significativo, de múltiplos processos de aprendizagem que revelam as especificidades e particularidades destes lugares como recorte espacial e geográfico e auxilia na leitura e compreensão do cotidiano urbano para além das grandes cidades e/ou regiões metropolitanas.

### **Considerações finais**

Conceber que as cidades são dialeticamente iguais e diferentes, que apresentam especificidades e particularidades que as caracterizam, é fundamental para se compreender o espaço e a vida urbana em qualquer contexto. No entanto, as cidades pequenas, que em grande medida estão ausentes em análises e pesquisas geográficas, constituem importante objeto de conhecimento e, como tal, precisam ser abordadas na escolarização básica. Nesse entendimento, no ensino de Geografia que busca ser significativo e transformador para os estudantes, deve-se considerar o cenário de vida dos sujeitos, não apenas para ilustrar temáticas diversas, mas abordá-lo de modo consistente, tendo em vista que as cidades pequenas são também expressão de distintas espacialidades constituídas nas relações escalares entre o local e o global.

Compreender que os jovens escolares, ao estabelecerem suas práticas espaciais na cidade, compreendem-na a partir de suas relações mais imediatas, realizadas individual ou coletivamente nos distintos espaços, que as relações de sociabilidade são permeadas por práticas espaciais juvenis, que constituem-se como possibilidade para que os jovens escolares observem, leiam, analisem e compreendam a paisagem urbana, se identifiquem (ou não) com lugares específicos da cidade e os compreendam a partir de suas relações de interdependência e conexões entre o seu lugar e o mundo. Esta perspectiva proporciona aos jovens escolares construir raciocínios e formarem seu pensamento espacial e geográfico de modo a compreender o que é a cidade e o que caracteriza a vida urbana, por que sua cidade é diferente de outras, qual sua posição na rede urbana, quais aspectos e elementos demarcam espaços de inclusão/exclusão, dentre muitas outras possibilidades que o ensino de Geografia pode abordar.

Considerando as características dos jovens destacadas no início desse artigo, há evidências de que caminhar nessa pesquisa é relevante para compreender melhor os desafios do ensino de Geografia. Nesse sentido, os dados produzidos até o momento foram fundamentais para reforçar a necessidade desse tipo de estudo com os jovens escolares, sujeitos desse ensino. Na linha teórica que adotamos para elaborar propostas

de trabalho com a Geografia escolar - a Teoria Histórico-Cultural -, os jovens são sujeitos ativos no processo de aprender e de ensinar, por isso, conhecê-los em seu contexto socioespacial é demanda imprescindível.

Pelos dados estatísticos, verifica-se que é muito significativa a presença de cidades pequenas no cenário urbano brasileiro, e especificamente no estado do Tocantins. Esse dado leva a compreender a expressividade dos jovens brasileiros que vivem em cidades pequenas, o que leva a questionar sobre as possibilidades de, por um lado, identificar aspectos generalizados quanto a práticas espaciais cotidianas, ainda que se tenha consciência da diversidade desses espaços; por outro lado, leva também a reforçar os estudos que reclamam pela necessária distinção dessas cidades com as médias, grandes cidades e regiões metropolitanas, em aspectos específicos.

Neste estudo, foi possível abrir caminho para a compreensão das relações que os jovens escolares estabelecem com seus espaços de vida na cidade e como esta relação pode contribuir para a compreensão do mundo, considerando sua complexidade e diversidade. Nesta perspectiva, o ensino de Geografia, que pretende ser significativo, deve refletir sobre múltiplos aspectos, entre eles, acerca do lugar de vida do estudante (em suas relações com outros lugares); como a cidade pode potencializar ou limitar as possibilidades de expressão da sua condição juvenil; sobre a distância/proximidade entre o que é estudado nas aulas de Geografia e o que é vivido na cidade. Portanto, indica-se a potencialidade da proposta teórico-metodológica apresentada por Cavalcanti (2014), como possibilidade de se mobilizar, de modo efetivo e significativo, processos de ensino e aprendizagem em Geografia, considerando o contexto das cidades pequenas.

## Referências

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2011. 98p. (Coleção repensando a Geografia).

CAVALCANTI, Lana de Souza. Juventudes, ensino de Geografia e formação/atuação cidadãos In: OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel (Org.). **Geografia das juventudes**. Porto Alegre, RS: GEPJUVE, 2023.

CAVALCANTI, Lana de Souza. A metrópole em foco no ensino de Geografia: o que/para que/para quem ensinar? In: PAULA, Flávia Maria de Assis; CAVALCANTI, Lana de Souza; SOUZA, Vanilton Camilo de. **Ensino de Geografia e Metrópole**. Gráfica e Editora América, Goiânia-GO: 2014.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Bases Teórico-metodológicas da Geografia: uma referência para a formação e a prática de ensino. In: CAVALCANTI, Lana de Souza. (org.). **Formação de Professores: concepções e práticas em Geografia**. Goiânia: Vieira,

2006. 152p. p. 27-51. Disponível em: <http://nepeg.com/livros/formacao-do-professor/>. Acesso em: 18 dez. 2023.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 24, 2003.

ENDLICH, Ângela Maria. Entre as pequenas cidades concretas e as utopias: reflexões sobre o dever. In: BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro (Org.). **Cidades médias e pequenas: Reflexões sobre dinâmicas espaciais contemporâneas**. Curitiba (PR), Appris Editora, 2019. Pp. 15-37.

FRESCA, Tânia Maria. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino de Geografia. **Revista Geografia (Londrina)**, v. 10, n. 1, p. 27-34, jan.-jun. 2001. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas//uel/index.php/geografia/article/view/10212/9028>. Acesso em: 1 nov. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Prévia da população calculada com base nos resultados do Censo Demográfico 2022 até 25 de dezembro de 2022: População dos municípios**. Rio de Janeiro - RJ: Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação Técnica do Censo Demográfico - CTD, 2022. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2022/Previa\\_da\\_Populacao/POP2022\\_Municipios\\_20230622.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/POP2022_Municipios_20230622.pdf). Acesso em: 2 nov. 2023.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. 190p.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001. 146p.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006. 476p.

PRADO, Rosane M. Cidade Pequena: Paraíso e Inferno da Pessoaalidade. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, [s./l.], n. 4, p. 31-56, 1995. Disponível em: <http://ppcis.com.br/wp-content/uploads/2018/09/Cadernos-de-Antropologia-e-Imagem-4.-A-cidade-em-imagens.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2023.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2014. 120p.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2013. 176p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. 474p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999. 308p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Práticas Espaciais Insurgentes em um Mundo Globalizado: da “revolução molecular” à política de escalas. *In*: MENDONÇA, Francisco *et. al* (orgs.). **Espaço e tempo: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: ANPEGE/Ademadan, 2009.

SILVA, Onildo Araujo da. Cidade pequena: possibilidades de definição. *In*: BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro (org.). **Cidades médias e pequenas: Reflexões sobre dinâmicas espaciais contemporâneas**. Curitiba (PR): Appris Editora, 2019. p. 201-217.

SPOSITO, Eliseu Savério; JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades pequenas: Perspectivas teóricas e transformações socioespaciais**. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2013. 148p.

VYGOTSKY, L.S. **A construção do pensamento e da linguagem**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 520p.

---

Recebido em: 9/7/2024

Aprovado em: 3/7/2025